

Só mudando a lei é que virão eleições

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, desembargador Luis Vicente Cernichiaro, ao participar como presidente da Mesa no segundo dia de debates do seminário "O Futuro Político de Brasília", realizado esta semana no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), defendeu uma reformulação na legislação eleitoral vigente, como primeiro passo para que o DF tenha direito à representação política.

Segundo explicou o presidente do TRE, é preciso que as atuais leis que proibem a realização de comícios e impedem a regularização dos diretórios dos partidos políticos sejam alteradas, para que a população de Brasília possa pressionar mais eficiente o Congresso Nacional e conquiste desta forma a sua representação, em todos os níveis.

Cernichiaro fez esta proposta durante os debates, em que tomaram parte o professor David Fleischer, cientista político da Universidade de Brasília, o empresário Luis Estevão de Oliveira Neto, presidente do Grupo OK, o senador Mauro Borges (PMDB-GO), membro da Comissão do DF no Senado, e o ex-deputado Alvaro Pain (PDT-RJ), que representou seu partido durante o seminário.

Uma das palestras que mais entusiasmou o auditório foi a do professor norte-americano, especialista em assuntos políticos brasileiros. Ele traçou um histórico da luta por representação política de várias capitais nacionais e estrangeiras (inclusive Washington, Belo Horizonte e Goiânia) e revelou que a reivindicação da comunidade brasiliense no sentido de conquistar sua representação política é plenamente justificável:

— Sendo Brasília uma unidade da federação com população de 1.173.915 (Censo de 1980), superior portanto aos Estados de Mato Grosso, Sergipe, Rondônia e Acre, e talvez ultrapassando Mato Grosso do Sul e Amazonas, ela faz jus à sua representação no Congresso Nacional. Até os territórios federais elegeu quatro deputados cada. Se Brasília, portanto, fosse considerada equivalente a um Estado, teria 8 deputados federais; se for como território, 4; e, pelo critério populacional numa Câmara com uma distribuição igualitária, por este critério elegeria cinco deputados — argumentou David Fleischer.

Para o cientista político, "as pressões na corrente da democratização para que Brasília tenha direito à representação" aumentam com a possibilidade das outras capitais estaduais e área de segurança nacional voltem a eleger seus prefeitos por via direta dentro de quatro anos. "Há um paralelo com o caso de Washington, em que quando estabeleceu-se o Distrito Federal em Golás, a área englobou uma cidade pré-existente (Planaltina) que tinha um prefeito e uma câmara municipal eleitos por via direta. Ao contrário dos casos de Georgetown e Alexandria, em Washington, esta autonomia não foi respeitada aqui em 1960", lembrou o professor da Unb.

Fleischer comentou que Brasília, a exemplo de Washington e Rio de Janeiro, dificilmente alcançará autonomia fiscal tão cedo, a não ser que implante-se uma cidade industrial geradora de ICM e IPI, "decisão que iria contra a op-

nião da maioria da população", disse ele, acrescentando:

— Mas como resolver o problema de uma cidade que cresceu muito em 23 anos de existência? Na época gloriosa dos pioneiros, ninguém pensava em representação política de moradores junto à Novacap. Mas, com a PDF e o GDF, o crescimento da cidade trouxe moradores permanentes com problemas permanentes. Como representar estes problemas às autoridades competentes? — pergunta-se o cientista político norte-americano.

David Fleischer defendeu no seminário uma maneira "lenta, gradual e segura" para implantar-se a representação política no DF, sugerindo inclusive uma série de "caminhos alternativos" para conseguir isto, começando-se com a eleição de conselhos de moradores em cada bairro até eleição direta para vereadores, deputados estaduais e representantes no Congresso Nacional.

PREOCUPAÇÕES

Já o senador Mauro Borges manifestou outro tipo de preocupação: depois de dizer que "parece-me que não há nenhuma objeção em que exista aqui uma câmara de vereadores, que possa defender efetivamente os interesses de cada núcleo populacional de Brasília", o senador goiano explicou sua tese de que o Distrito Federal não tem a necessidade de uma representação a nível de Estado, do tipo assembleia legislativa:

— Respeitando o pensamento de cada um, acho que o DF não deve ser tratado como um Estado comum da federação, pois ele é indissolúvel, não tem divisão de municípios, nem me parece que possa ter.

Mauro Borges defendeu ainda a manutenção da Comissão do Distrito Federal no Senado, "talvez reciclada, modificada". E ele lembrou que essa comissão pode desempenhar um papel importante no futuro, pois "será a presença dos interesses da federação brasileira dentro do ordenamento jurídico e político de Brasília".

— Ela representará os nossos interesses gerais do Brasil dentro de Brasília. Porque, se não houvesse isso, razões fortuitas e transitórias poderiam levar a Câmara de Vereadores de Brasília, as autoridades locais, gamos, prejudicar estas condições de tranquilidade, de ordenamento urbano que existem aqui. Ela poderia, por exemplo, lotar toda a área verde em torno do Plano Piloto, criar uma megalópole. Isso não seria de interesse nacional, criar um centro industrial, indústrias pesadas, cheias de chaminés poluidoras, arrasadoras do meio ambiente. Então tem que haver um resguardo dos interesses nacionais que poderia muito bem ser desempenhado pela Comissão do DF no Senado da República — explicou o senador do PMDB.

Borges finalizou dizendo que, apesar de saber que existem muitas pessoas que vão discordar, é contrário, inicialmente, a eleições diretas para o governador do DF. "Acho prudente que continue a ser nomeado pelo presidente da República, desde que imposta algumas restrições. Digamos, a pessoa teria que residir há pelo menos 4 ou 5 anos, estar identificada com os problemas da cidade, e outras mais.